

## A guerra civil declarada



Por **LUIZ RENATO MARTINS\***

*O atual assalto da direita ao poder é muito diferente do que ocorreu em 1964. Agora, as razões endógenas preponderaram sobre as exógenas, de modo inverso ao que ocorreu no paradigma principal anterior*

À memória de Chico de Oliveira

## Crítica histórica radical

Para o bloco político derrotado em outubro de 2018 no Brasil (a classe trabalhadora e seus aliados), a ascensão eleitoral de um bloco político de ultradireita sublinha a necessidade urgente de medidas de autodefesa, frente a uma guerra civil de classe abertamente declarada. Também convoca a uma crítica histórica radical e de largo alcance, não menos vital para a sobrevivência política dos trabalhadores.

O regresso – numa nova chave – dos militares ao controle direto do Estado marca um câmbio no regime e nas relações de classe. Não obstante, o ciclo aberto agora apresenta alguns elementos similares aos do regime civil-militar que tomou o poder *manu militari* em abril de 1964, em nome do consórcio entre o capital monopolista e as Forças Armadas Brasileiras-FFAA. <sup>[1]</sup>

### Do outro lado do espelho, o passado não passou

Mas como sustentar uma crítica histórica radical a fim de distinguir as classes sociais e suas frações, assim como o jogo próprio dos atores políticos? Neste caso, esta deve se fundar na crítica concreta de dois mitos ou falácias da chamada “Nova República” (1985-2018), ora finda. Crítica, pois, de mitos que se traduziram em ilusões de superação do ciclo totalitário, a saber, resumidamente, do *putsch* civil-militar de abril de 1964, do AI-5 (Ato Institucional 5, 13.12.1968) e dos ‘anos de chumbo’ dos governos Médici (1969-74) e Geisel (1974-79).

Vistos como opostos, os mitos falaciosos da “Nova República” alimentaram uma disputa fictícia durante mais de trinta anos. Sob tal disputa, um fundo comum foi eclipsado – o verdadeiro eixo de poder no Brasil – que agora abertamente retoma o controle direto do Estado, para surpresa dos incautos (que são muitos) e alívio do “consórcio” há muito no comando.

### Efeitos paralisantes

Dois mitos em um, portanto, ou uma falácia desdobrada em duas: 1. a da celebrada “Transição” (1984-5), a “cena originária” da “Nova República”; 2. a do êxito da “política social” da “Nova República” durante os governos Lula I e II,

traduzido na fórmula “lulista” de distribuição, que em seu auge (2010) obteve uma taxa de aprovação de 80%, como bom ou ótimo governo.<sup>[iii]</sup>

## O totem

Sob as duas caras do Janus da “Nova República” há um totem: o do consórcio civil-militar que interdita a frente política entre trabalhadores e setores pequeno-burgueses. De tal frente derivaram as lutas pelas “reformas de base” e outras, antes do golpe de abril de 1964.<sup>[iii]</sup> Sob tal totem, interditou-se toda referência à autonomia política dos trabalhadores e à luta de classes. Ao peso do interdito se acrescentou outra falácia: a da modernização e desenvolvimento social através do capitalismo.

## Modernização *ex-machina*

Ambos os mitos, a “Transição” e o “lulismo” (derivado do primeiro), atenderam à prescrição de continuidade *totêmica* do consórcio entre os monopólios e as FFAA, sempre reverentes aos influxos externos. Então, qual é o traço de continuidade, sob o jugo do consórcio? O culto à modernização *dependente*, quer dizer, devida às inversões externas. Atraí-las é um rito típico de uma casta de grandes empresários e círculos subordinados.

Em suma, teor de classe do regime e modo interno de produção se constituíram sob o amparo do estado de *dependência* e da associação com o capital monopolista, que são inseparáveis dos influxos externos. Assim, os preceitos *totêmicos* em toda a “Nova República” infundiram um teor de classe similar em todos os seus governos. O nexos fundamental daquela girou sempre em torno da “*dependência associada*”, quer dizer, da suposta coexistência benigna entre as economias centrais e periféricas.<sup>[iv]</sup>

## Uma teoria crítica

O debate teórico sobre as relações de *dependência* na América Latina obteve reconhecimento internacional e é vital para a compreensão crítica da chamada “Transição”. Em sentido contrário à tese da “*dependência associada*”, o trabalho crítico feito no exílio pelo grupo da Teoria Marxista da Dependência (R. M. Marini, V. Bamberri, T. dos Santos e o economista alemão exilado Gunder Frank)<sup>[v]</sup> construiu uma nova série de conceitos específicos sobre *dependência*, como os de “superexploração” do trabalho e “subimperialismo”, originando assim uma crítica sistêmica acerca da relação desigual e combinada entre economias centrais e periféricas.<sup>[vi]</sup> Posteriormente, Marini formulou em 1978 a noção de “Estado de contrainsurgência”, na qual incluiu a função intrínseca da tutela, exercida pelas FFAA como quarto poder do regime.<sup>[vii]</sup>

Tais construções críticas estabelecem parâmetros para um enfoque crítico da inflexão da ditadura brasileira a partir de 1972, e também do que se segue, incluindo a inflexão social da “Nova República” ou o “lulismo”. Entretanto, também é necessário confrontar tal elaboração à análise histórica dos dados atuais, para responder à *pergunta posta e urgente sobre a economia, a gênese e a estrutura de classes da nova ordem atual*.

De um modo ou de outro, tal indagação implica a crítica das ilusões inerentes ao estado de “*dependência associada*”, que formou o ambiente falacioso dos mitos da dita “Nova República”. Em resumo, tais falácias levaram o PT a priorizar a modernização e o crescimento capitalista, seguindo o mesmo modelo e, portanto, a cultivar vínculos com o capital monopolista e os partidos da ordem.

Na prática, tais falácias naturalizaram a adoção de procedimentos e hábitos inerentes ao sistema político engendrado pela falsa “Transição”. Logo, como imaginar outro fim para o programa de alianças e objetivos que o PT se fixou, se, na Itália, o PCI, ao priorizar o crescimento econômico e se aliar ao capital monopolista, tido como modernizador, tomou o caminho que o levou à autodissolução?<sup>[viii]</sup>

## Crítica histórica I: a “Transição”, face e avesso

A origem declarada do mito da “Transição” reside nas eleições para o Senado (15.11.1974), consentidas pela ditadura. A vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nessa prova deu lugar ao mito do “partido-ônibus” para a “Transição”. Porém, tal falácia servia para encobrir o trabalho de laboratório da ditadura, para o falso processo de transição, como ação preventiva. De fato, subjacentes à proclamada e celebrada versão local, influíram múltiplos fatores externos. Desde o início de 1974, Espanha e Portugal foram observados como modelo e alerta respectivamente.

No entanto, antes que tais exemplos antitéticos entrassem em cena, ocorreu a intervenção nos bastidores de um especialista em contrainsurgência. O professor Samuel Huntington, de Harvard, atuou como consultor da ditadura brasileira desde outubro de 1972, pelo menos.<sup>[ix]</sup> Portanto, o projeto de “descompressão política” do regime data de muito antes da ascensão eleitoral do MDB.<sup>[xi]</sup> Tomado em seu conjunto e para além das circunstâncias, o caso interessa como índice da articulação imperialista global e da *dependência* “permanente”, e também por seus efeitos secundários, analisados adiante. De fato, o Brasil não foi uma exceção e Huntington foi principalmente o autor chave de uma “doutrina global de contrainsurgência” (post-1968).<sup>[xi]</sup>

## “Atada y bien atada (Aterrada e bem aterrada)”

Logo, qualquer roteiro de “descompressão política”, concebido como ação preventiva, implicava também o roteiro paralelo das técnicas de contrainsurgência. A Espanha foi o caso mais notório nos anos 1970 de tal tipo de trama palaciana.<sup>[xii]</sup> Contou com a colaboração ativa de partidos eurocomunistas<sup>[xiii]</sup> e se converteu num “showcase” das técnicas de “descompressão”. Quer dizer, do processo de substituição das ditaduras militares por democracias tuteladas compatíveis com o capitalismo.

De fato, a transição espanhola mostrou-se “*atada y bien atada* (aterrada e bem aterrada)”, como disse o tirano.<sup>[xiv]</sup> Assim, o regime reciclado, segundo moldes dinásticos, teve suas garantias políticas e de classe, bem como seus pilares históricos preservados. Ao mesmo tempo, a “Transição” abriu espaço à modernização econômica e ao protagonismo empresarial, com pleno consentimento do PCE.<sup>[xv]</sup>

Nestes termos, a transição espanhola logo se converteu no *nec plus ultra*, não só político, mas também econômico, das burguesias periféricas. Parte das classes dominantes latinoamericanas, que aspiravam a novo ciclo de modernização-conservação – ou “revolução passiva”, como diria Gramsci –,<sup>[xvi]</sup> se inscreveram no novo estágio de treinamento e favores correlatos de Washington. Em consonância, no Brasil, o general Geisel, que governou de 1974 a 1979, já em seu discurso de posse (15.03.1974) apresentou a fórmula da dita “abertura política lenta, gradual e segura”, ecoando a fórmula franquista.

De fato, no Brasil, tal semente mostrou-se duradoura e frutificou para as gerações burguesas seguintes. O Centro Brasileiro de Análise e Planejamento-CEBRAP, fundado em 1969 com dotação da Fundação Ford, foi o ponto de aglutinação do *think tank* civil dos seguidores do modelo ibérico, sob a liderança do sociólogo Fernando Henrique Cardoso-FHC. Ideólogo da “*dependência associada*”, além de arauto do papel político e modernizador dos empresários, FHC começou a reproduzir em seus textos os principais argumentos da lenda espanhola.<sup>[xvii]</sup>

Com efeito, depois de alguns reveses, como a inesperada morte de Tancredo Neves (21.04.1985), sucedâneo local de Suárez, e de contratempos econômicos inerentes às economias dependentes, o Brasil adquiriu, senão um novo rei como a Espanha, ao menos uma nova moeda (por ironia involuntária ou histórica chamada “real”, em 1994), e FHC, uns meses depois, foi aclamado como presidente da república.<sup>[xviii]</sup> Além da modernização monetária e do “aperfeiçoamento constitucional” para obter a reeleição, FHC, como plenipotenciário do “consórcio”, também atualizou a economia segundo o “Consenso de Washington” (1990).

## Crítica histórica II: 2003-10, o milagre social de “dar sem tirar”.

O dirigente sindical Lula, do chamado Partido dos Trabalhadores-PT, sucedeu a FHC após assegurar o cumprimento de todas as “cláusulas fixas” da falsa “Transição”, enriquecida pelas prescrições do Consenso de Washington: promover a modernização em consonância com as instituições financeiras multilaterais e respeitar dívidas e contratos firmados; manter a *dependência associada* do Brasil, respeitando a função chave do protagonismo empresarial; não abrir as investigações sobre os atos de terrorismo do Estado praticados pelos militares e manter a anistia aos torturadores. Foi o suficiente para que Washington reconhecesse e exaltasse a “razoabilidade” de Lula.

A partir de então, as qualidades de Lula foram aclamadas interna e externamente. Dados os estudos críticos acima, desnecessário detalhar suas políticas distributivas.<sup>[xix]</sup> Me limitarei a sublinhar que a magia efêmera de Lula (que “deu a

muitos sem prejudicar a ninguém”, segundo um líder empresarial emblemático<sup>[xxi]</sup> foi de natureza exclusivamente monetária, graças à elevação temporária dos preços das *commodities* minerais e agroindustriais.<sup>[xxii]</sup>

De todo modo, o “milagre social brasileiro” foi enaltecido como paradigma global de multiplicação distributiva, na medida em que redistribuiu a renda, como numa distribuição de dividendos, preservando as relações de propriedade e a assimetria absoluta de poder entre as classes.

De maneira similar, a sabedoria pragmática de Lula manteve *ipsis litteris* ou inclusive desfrutou como um virtuoso do sistema político-partidário herdado da falsa “Transição”, obtendo geralmente grandes majorias no Congresso. De fato, Lula redistribuiu a renda em todos os níveis, incluindo outros sócios e acionistas da “Transição”.

## Falsos dilemas

O novo ciclo não difere substancialmente no que tange à *dependência*, a não ser por evoluir segundo o novo ritmo da Casa Branca. Não obstante, a muitos surpreende que, dado o giro da roda política no Brasil, o governo de hoje inclua mais gerais como ministros chave, quase uma dezena, do que todos os governos militares posteriores a 1964, sem falar na quase centena de oficiais (99, segundo contagem recente de um grande diário) de alta patente em outras funções chave.<sup>[xxiii]</sup> Além disso, é preciso assinalar que, se na época dos generais (1964-85), estes eram considerados correntemente como conspiradores e usurpadores, agora regressam como “redentores”, convocados pelas votações de outubro passado. Esse é o novo “milagre brasileiro”, que importa decifrar.

## Decifra-me ou te devoro

Em síntese, os elementos novos da situação surgem na inclinação dos votos que buscaram a ultradireita e lhe deram apoio eleitoral inédito.

Em contraste com o destino atual da ultradireita, a classe trabalhadora é continuamente deslegitimada, como sujeito político, e degradada pela imprensa. A justificativa para os ataques provém do colapso do PT e de seu descrédito moral, caluniosamente transferido à toda a classe. A crítica política e histórica ao PT, bem como à falsa “Transição”, de cujos lucros o partido participou, é portanto fundamental para a reconstrução da perspectiva política dos trabalhadores independentemente do PT.

Além disso, a complexidade da situação do PT, politicamente duvidosa e muito perigosa para a perspectiva dos trabalhadores, é impossível de decifrar, sem que se examine antes as razões substantivas e a cronologia do colapso político do PT como Partido da Ordem. É necessário elucidar a fraude política, social e econômica que o partido promoveu, para compreender a enorme decepção popular consecutivamente engendrada e que nutriu a ultradireita.

## Decepção

Na contracorrente da maioria das análises brasileiras, o economista argentino e marxista Claudio Katz sublinhou:

“Esses trabalhadores escutaram, toleraram e finalmente aceitaram a propaganda da direita por terem sido fraudados pelo PT. Essa decepção explica a fulminante ascensão do troglodita (...) Muitas avaliações do triunfo de Bolsonaro omitem este balanço ou apresentam o PT como mera vítima dos ardis direitistas. Evitam a questão de sua responsabilidade política pelo resultado final”.<sup>[xxiv]</sup>

Com efeito, a decepção dos trabalhadores foi apropriada, tragada (manipulada digitalmente) e fundida com o reacionarismo histórico e estruturalmente antidemocrático das classes proprietárias no Brasil, tal aquele que “fabricou 1964” como um projeto histórico de classe.<sup>[xxv]</sup>

Daí, de tal fusão, processada industrialmente, irrompeu o tufão anti-PT, que se apoderou de grandes porções da pequena burguesia. Tal fenômeno dividiu e arrastou inclusive setores que se haviam beneficiado do aumento do consumo e do crédito, propiciado pela política monetária dos governos do PT, ainda que também tenham sido afetados pela pregação evangélica e pela *blitzkrieg* (guerra-relâmpago) deflagrada nas redes sociais. Deste modo, não só os diminutos grupos sociais vinculados organicamente ao capital monopolista, mas também amplos setores das classes subalternas votaram por candidatos e partidos da ultradireita.

## 2013-2016: crise, colapso e declaração da guerra civil de classe

Em resumo, o colapso político do PT, por um lado, e a guerra civil de classe unilateralmente declarada, por outro, são os fenômenos decisivos que determinaram o fim do ciclo conciliatório da falsa “Transição”. Eles pesaram decisivamente no resultado político de 2018. Ambos fenômenos se configuraram como conjuntos de fatos e razões, enumerados e comentados a seguir. Entretanto, os acontecimentos que conduziram aos dois fenômenos principais (a saber, o colapso político do PT e a declaração unilateral da guerra civil de classe) tiveram lógicas, ritmos e origens diferentes, que cumpre precisar.

Mais tarde, ambos os fenômenos começaram a evoluir em interação e adquiriram, por certo, uma dinâmica mutuamente ativada, opondo-se diretamente um ao outro. Deste modo, hoje, ambos aparecem simultaneamente e na situação de polos opostos, como ocorreu, por exemplo, no segundo turno da eleição de outubro passado: por um lado, o PT, isolado e literalmente perseguido nas redes sociais por milícias eletrônicas; por outro, a ultradireita, que capitalizou a guerra civil declarada, recorrendo a armas de todo tipo, inclusive, à orquestração de mentiras em série, como fizeram os nazis, para esmagar o que ainda restava do PT.

Porém, um fenômeno precede o outro. O colapso precede a declaração de guerra. É preciso ter presente o curso dos acontecimentos, senão será impossível se entender como o bloco de ultradireita, historicamente diminuto, cresceu tanto eleitoralmente. A ultradireita, originalmente insignificante e sem nenhuma máquina partidária, deitou raízes e prosperou, com recursos de outra ordem, num campo devastado. Que campo? O das esperanças frustradas que resultaram de políticas equivocadas (senão do fraude direto e deliberado) e da hipocrisia do PT.

## A ordem dos fatores

Em resumo, o colapso político do PT e depois grande parte do sentimento anti-PT daí gerado constituíram fenômenos substitutivos, nessa ordem, do falso êxito da inflexão social da “Nova República”. A ordem dos fatores, numa progressão encadeada, foi portanto: 1. a inconsistência da magia social do “lulismo”, revelada pela crise econômica e agravada posteriormente pela hipocrisia da aliança do partido com o capital monopolista; 2. o colapso político do PT; 3. o crescimento explosivo do sentimento anti-PT, muito além de seu enclave original (demograficamente restrito a certos setores das classes proprietárias), em meio aos quais subsistia um anticomunismo endêmico, agora delirantemente revigorado, uma vez que o novo presidente já irrompeu em público, umas tantas vezes, em insultos à URSS (*sic*)!

Em suma, o anticomunismo resiliente provém de grupos economicamente poderosos, capazes de influir sobre os responsáveis pela tomada de decisões, mas historicamente incapazes do ponto de vista eleitoral. Como chegaram a tal crescimento explosivo é o que agora importa determinar.

## Gênese de uma guerra de classe

Neste quadro, cumpre notar que no campo do grande capital se produziu uma dinâmica específica, da qual se originou a guerra civil de classe, unilateralmente declarada pelo capital monopolista. Até agora este recebe um forte apoio, mas por outras razões, da pequena e média burguesia, misturando-se então com outros fatores e variantes de classe, relativos a estes últimos estratos sociais. Porém, no começo, tal dinâmica tinha características únicas, inerentes a objetivos e necessidades estratégicas do capital monopolista.

Este último, de fato, só contra a vontade entrou em conflito com o governo e o PT, e só depois de ter tratado de preservar a associação e apoiar as políticas de austeridade propostas pelo governo de Rousseff. Assim, mesmo depois de começada a mobilização política contra Rousseff, ocorreram algumas manifestações pessoais de líderes de grandes grupos econômicos e, inclusive, da oposição, em apoio à primeira.<sup>[xxv]</sup>

Enfim, a aliança dos monopólios com o PT e o governo era duradoura e razoavelmente sólida, e se manteve bem além dos primeiros atos de ruptura das classes médias e altas, assim como das manobras parlamentares para a derrubada de Rousseff, criticadas nos editoriais de periódicos como *O Globo* (07.08.2015), ou por personalidades com peso na oposição.<sup>[xxvi]</sup>

## Aviso de incêndio nos camarotes VIP

Na verdade, a ofensiva do capital monopolista contra os direitos das outras classes nasceu da necessidade de recompor os mecanismos de acumulação frente à crise econômica, e simultaneamente em resposta ao colapso político do PT. Assim, ambos os problemas, a crise econômica e a crise política se combinaram e se converteram em perdas imediatas e

concretas para o capital monopolista, já que causaram forte redução dos fluxos financeiros e dos contratos governamentais. De fato, durante dez anos, de 2003 a 2013, o governo do PT se associou de muitas maneiras ao capital monopolista, favorecendo-o decisivamente mediante financiamentos, contratos e isenções fiscais, etc., alegando fomentar o crescimento econômico.

## Saídas de emergência para os monopólios

Ante o desmoronamento do governo e do poder do PT no Congresso (adiante discutidos), o capital monopolista fez o que se faz frequentemente no mundo dos negócios: atirou ao mar o sócio arruinado e partiu à cata de butins, mirando em primeiro lugar, é claro, o Estado. Trocando em miúdos, escolheu apoderar-se dos ativos das empresas estatais e dos fundos públicos destinados aos serviços sociais (educação, saúde, habitação, seguridade social, bolsa-família, etc.) que, mesmo sendo precários como prestações sociais, constituem fundos suficientemente importantes para modificar os balancetes de grupos transnacionais em crise.

## Causa mortis: a política, não as armas

Entretanto, o atual assalto da direita ao poder é muito diferente do que ocorreu em 1964. Agora, as razões endógenas preponderaram sobre as exógenas, de modo inverso ao que ocorreu no paradigma principal anterior.

Assim, para elucidar o teor do “golpe de classe”, o livro de Dreifuss citado antes<sup>[xxviii]</sup> investigou detalhadamente o amplo espectro das atividades preparatórias do golpe de abril de 1964, promovidas por organizações como o IPES e o IBAD, irrigadas pelo capital monopolista. Decerto, deve-se levar a cabo investigação similar sobre a atual guerra de classe, em cujo curso ocorreu também uma multiplicação de institutos – nascidos como cogumelos –, para popularizar a doutrina neoliberal, assim como durante a crise política pipocaram várias milícias juvenis para a agitação política de ultradireita.<sup>[xxviii]</sup>

Porém, nem os cogumelos neoliberais nem as milícias juvenis (fenômenos limitados à esfera dos diferentes estratos da burguesia) causaram o colapso do PT. É fato que o cerco ao PT foi concebido tal e qual um golpe de classe. Mas a queda do PT do governo não foi fundamentalmente consequência de fatores exógenos, como ocorreu com o governo de Goulart no Brasil em 1964 e o de Allende no Chile em 1973, ambos derrubados por golpes militares diante da ausência de tropas leais e armas, suficientes para defender o governo.

Desta vez, pelo contrário, a incapacidade do PT para se defender do golpe de classe tem raízes endógenas e características inegáveis de crise e colapso político. O capítulo da queda de Rouseff foi muito bem resumido pelo economista da UNICAMP Plínio Sampaio Jr,<sup>[xxix]</sup> expoente da ala esquerda do PSOL:

“Depois de negar todas suas promessas eleitorais, Dilma começou a terceirizar seu próprio governo. Não podemos esquecer que Temer chegou a exercer a função de principal articulador político de Dilma. Ela terceirizou a tal ponto o governo que se tornou supérflua. Saiu com um peteleco. Dilma é vítima do golpe dado por ela mesma na classe trabalhadora, o que esvaziou o seu governo, criando um vácuo de poder que esses delinquentes liderados por Eduardo Cunha e Temer ocuparam”.<sup>[xxx]</sup>

Se não se entende isto, tampouco se entenderá a subsequente ascensão eleitoral da ultradireita. Em resumo, a debilidade política do governo de Rouseff e, na sua esteira, o enfraquecimento eleitoral relativo do PT, nas eleições de 2016 e 2018, provieram sempre da degradação crescente e desconexão, em consequência, do partido com seu eleitorado e suas bases de apoio organizadas. Posteriormente, tal fenômeno se estendeu e acometeu outras classes. É preciso, pois, retornar a junho de 2013, para distinguir a eclosão epidêmica de tais sintomas.

\* **Luiz Renato Martins** é professor da ECA-USP. Autor, entre outros livros, de *The Long Roots of Formalism in Brazil* (Chicago, Haymarket/ HMBS, 2019).

(Texto originalmente publicado no blog da revista argentina [Herramienta](#) em agosto de 2019.)

## Notas

[i] Sobre o caráter de classe do golpe de 1964, ver a obra “clássica” de René A. Dreifuss, *1964: A Conquista do Estado*, Petrópolis, Vozes, 1981 (originalmente, idem, *State, Class and the Organic Elite: the Formation of an*



*Entrepreneurial Order in Brazil 1961-1965*, PhD thesis, Glasgow, University of Glasgow, 1980).

[iii] Sobre a falácia da distribuição em questão, bem como da política de dependência econômica que a sustentou, ver Pierre SALAMA, 'Reprimerización sin industrialización, una crisis estructural en Brasil', em *Herramienta, revista de debate y crítica marxista*, disponível em <<https://herramienta.com.ar/articulo.php?id=2567>>; Rolando ASTARITA, 'Brasil: la economía del PT', em *Sin Permiso*, disponível em <<http://www.sinpermiso.info/textos/brasil-la-economia-del-pt>>; <<https://rolandoastarita.blog/2018/04/12/brasil-la-economia-del-pt/>>. Ver também Plínio de Arruda SAMPAIO Jr., *Crônica de uma Crise Anunciada: Crítica à Economia Política de Lula e Dilma*, São Paulo, SG-Amarante Editorial, 2017.

[iiii] Ver Luiz Alberto Moniz BANDEIRA, *O Governo João Goulart: as Lutas Sociais no Brasil, 1961-1964*, 7 a. ed., rev. e ampliada, Rio de Janeiro, Revan/ Brasília, UnB, 2001.

[iv] Ver Fernando Henrique CARDOSO e Enzo FALETTO, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica* [1970], 3a. ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

[v] Para documentos sobre o confronto direto entre as duas correntes, ver F. H. CARDOSO; José SERRA, 'Las Desventuras de la Dialéctica de la Dependencia', in *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 40, número extraordinário, Cidade do México, UNAM, 1978, pp. 9-55. Para a resposta de Marini nesse momento, ver R. M. MARINI, 'Las Razones del Neodesarrollismo (Respuesta a F.H. Cardoso y J. Serra)', in *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 40, número extraordinário, Cidade do México, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM, 1978, pp. 57-106, disponível em <[http://www.marini-escritos.unam.mx/056\\_neodesarrollismo.html](http://www.marini-escritos.unam.mx/056_neodesarrollismo.html)>. Para um resumo atual da questão, ver Claudio KATZ, *La Teoría de la Dependencia, Cincuenta Años Después*, Buenos Aires, Batalla de Ideas, 2018.

[vi] Seu impacto crítico alcançou o pensamento de vários outros economistas e sociólogos: o egípcio Samir Amin, o italiano Giovanni Arrighi, o norteamericano I. Wallerstein, etc. Não obstante, nunca se permitiu que tal teoria, elaborada no exílio (Chile e México, basicamente), circulasse efetivamente nas universidades brasileiras.

[vii] Esta formulação data do momento em que o novo marco global levou Washington a propor um ciclo de mudanças modernizadoras no conjunto das ditaduras militares latinoamericanas. Ver R. M. MARINI, 'El Estado de Contrainsurgencia', in *Cuadernos Políticos*, n. 18, Mexico D.F., Ediciones Era, oct.-dec. 1978, pp. 21-29; disponível em <[http://www.marini-escritos.unam.mx/055\\_estado\\_contrainsurgencia.html](http://www.marini-escritos.unam.mx/055_estado_contrainsurgencia.html)>.

[viii] Ver Ernest MANDEL, 'Le P. C. italien apôtre de l'austerité', in *Critique de l'Eurocommunisme*, Paris, Maspero, 1978, pp. 236-68.

[ix] Ver Thomas E. SKIDMORE, "Chapter VI: Geisel: Toward Abertura", especialmente pp. 165 e seguintes, in idem, *The Politics of Military Rule in Brazil: 1964-1985*, New York, Oxford University Press, 1988, pp. 160-209.

[x] Ver Samuel HUNTINGTON, "Approaches to political decompression", 1973, disponível em: <http://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/receita-samuel-huntington#pagina-1>. Ver também sobre o governo seguinte, idem, "Carta ao General Golbery do Couto e Silva [Letter to the General....]", 28.02.1974, disponível em: <http://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/receita-samuel-huntington#pagina-17>>. Mais tarde, como assessor da administração Carter, Huntington jactou-se do papel exercido no Brasil. Ver idem, *American Political Science Review* [1988], Cambridge, Cambridge University Press, vol. 82(01), March, pp. 3-10.

[xi] Ver Michel J. CROZIER; Samuel P. HUNTINGTON; Joji WATANUKI, *The Crisis of Democracy: Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Commission*, New York, New York University Press, 1975. Doutor em transições controladas, Huntington também assessorou o governo sul-africano durante o período da "descompressão" do regime do *apartheid*.

[xii] O novelista valenciano Rafael Chirbes, uma das vozes mais autorizadas sobre o período, resumiu desta maneira a conspiração da chamada "Transição": "Franco morreu na cama e os partidos espanhóis da

Transição foram montados a partir do exterior: agentes externos e dinheiro externo. Não foram o resultado de uma onda democrática envolvente provocada pelas ansiedades do povo espanhol”. Ver R. CHIRBES, ‘*Franco se murió en la cama y los partidos de la transición los montaron desde el exterior. Entrevista*’, in *Mundo Obrero*, 24 de abril de 2013, disponível em: <<http://www.sinpermiso.info/textos/franco-se-muri-en-la-cama-y-los-partidos-de-la-transicin-los-montaron-desd-e-el-exterior-entrevista>>; ver também a reportagem investigativa de Gregorio Morán e Antonio Yelo, “Los padres de la Transición eran absolutamente impresentables. Entrevista”, in *Jot Down*, dez. 2013, disponível em: <<http://www.sinpermiso.info/sites/default/files/textos//7moran.pdf>>; ver também o testemunho do ex-secretário-geral do PCE (1982-8), o operário-mineiro Gerardo Iglesias, membro do Comitê Central do PCE durante as negociações, a Álvaro Corazón Rural, “Estamos marchando a pasos agigantados a la frontera de lo que fue el franquismo. Entrevista”, in *Jot Down*, dec. 2013, disponível em <[http://www.sinpermiso.info/sites/default/files/textos//Gerardo\\_Iglesias.pdf](http://www.sinpermiso.info/sites/default/files/textos//Gerardo_Iglesias.pdf)>, accessed in 29.12.2013.

[xiii] Sobre a colaboração dos partidos eurocomunistas para a reorganização capitalista da economia, ver André Gunder FRANK, “Crisis económica, Tercer Mundo y 1984”, in idem, *Reflexiones sobre la Crisis Económica*, trad. Angels Martínez Castells et. al., Barcelona, Editorial Anagrama, 1977, pp. 57-8.

[xiv] “1969 Discurso de Navidad de Francisco Franco: Todo Está Atado y Bien Atado. Rey Juan Carlos”, vídeo *Retroclips*, 1969/2014, 0’59”, disponível em <[www.youtube.com/watch?v=bUfI18rCZPM](http://www.youtube.com/watch?v=bUfI18rCZPM)>. Para a benção de Nixon e Kissinger à designação do herdeiro franquista, ver “1970 Richard Nixon Visita a Franco”, *Retroclips*, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yR9K97tdoXg>>. Para a benção de Gerald Ford e a segunda benção de Kissinger, ver “Visita de Gerald Ford a la España de Franco. Año 1973”, in *Taliván Hortográfico*, disponível em <[https://www.youtube.com/watch?v=Nk6g2-I\\_Sms](https://www.youtube.com/watch?v=Nk6g2-I_Sms)>.

[xv] Sobre a convocatória dirigida à “reconciliação nacional” e endereçada ao “setor empresarial, protagonista da nova sociedade industrial (...)”, proposta pela Junta Democrática, frente supranacional liderada pelo PCE, ver o documento apresentado oficialmente pelo secretário-geral Santiago Carrillo e pelo intelectual católico vinculado ao Opus Dei, Rafael Calvo Serer, em Paris (29.07.1974). Vários outros partidos e personalidades se incorporaram posteriormente como cossignatários. Ver Vv. Aa., *Declaración de la Junta Democrática de España*, disponível em <<http://www.filosofia.org/his/1974jde.htm>>.

[xvi] Ver Peter THOMAS, “Modernity as ‘passive revolution’: Gramsci and the Fundamental Concepts of Historical Materialism”, in *Journal of the Canadian Historical Association/ Revue de la Société Historique du Canada*, vol. 17, n° 2, 2006, pp. 61-78, disponível em URL: <<http://id.erudit.org/iderudit/016590ar>>; DOI: 10.7202/016590ar.

[xvii] Compare-se, em particular, o documento da Junta antes citado e o primeiro capítulo do livro de 1975, de Cardoso, no qual o autor também se empenha em desqualificar teses e autores da teoria marxista da dependência. Ver F. H. CARDOSO, “As novas teses equivocadas”, in idem, *Autoritarismo e Democratização*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. Para um resumo dos pontos de tangência entre os textos de Cardoso e o documento da Junta, ver Luiz Renato MARTINS, “International Benefit Society of Friends of Form and Bulletin on the Brazilian Division”, in *The Long Roots of Formalism in Brazil*, Chicago, Haymarket, 2019, pp. 268-71. Sobre o papel de Cardoso como articulador intelectual, estabelecendo as forças políticas que deveriam ser excluídas da negociação, ver as páginas anteriores in idem, pp. 266-68.

[xviii] De fato, depois de haver demonstrado que conhecia o caminho das pedras, FHC foi eleito presidente da república ano final de 1994, após haver deflagrado, meses antes, o Plano Real, uma espécie de versão local da reforma monetária da União Europeia, segundo opção análoga à que defendeu na política, adaptando os argumentos da transição espanhola ao contexto brasileiro. Quanto às similitudes de procedimento entre o Plano Real e a aplicação do euro, ver L. R. MARTINS, *op. cit.*, pp. 261-64.

[xix] Ver nota de rodapé 2.

[xx] Ver o testemunho de Emílio Odebrecht no vídeo “PET 6664 - Emílio Odebrecht Fala de Lula, um ‘Bon Vivant’, Segundo Golbery do Couto e Silva”, disponível em



<<https://www.youtube.com/watch?v=zJfkLOWJeOQ>>. Odebrecht, ademais, afirmou no testemunho referido que colaborou com várias sugestões para a elaboração, durante a campanha eleitoral de 2002, da “Carta aos brasileiros” (22.06.2002). Por “brasileiros”, a carta se referia aos protagonistas dos grupos monopolistas, entre eles Odebrecht. Ver Luiz Inácio Lula da SILVA, “Carta ao Povo Brasileiro”, disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>.

[xxi] Para mais detalhes, ver nota de rodapé 2.

[xxii] Nomeações adicionais de almirantes estavam previstas futuramente, segundo *O Estado de São Paulo* (03.03.2019).

[xxiii] Ver Claudio KATZ, ‘¿Cuáles son las lecciones para la izquierda?’ (último tópico) in idem ‘Interrogantes de la Era Bolsonaro’ [17.11.2018], em *La Haine* (sitio web), disponível em <<https://katz.lahaine.org/b2-img/INTERROGANTESDELAERABOLSONARO.pdf>>.

[xxiv] Ver nota 1.

[xxv] Ver, por exemplo, Rubens OMETTO (Cosan), ‘Dilma mudou muito, e empresário tem que segurar ansiedade, diz Ometto’, in *Folha de São Paulo*, disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/07/1649969-dilma-mudou-muito-e-empresario-tem-que-segurar-ansiedade-diz-ometto.shtml>>; idem, ‘Dono da Cosan diz que é preciso reconhecer méritos de Dilma’, in *Valor Econômico*, 22.07.2015, disponível em <<https://www.valor.com.br/politica/4145358/dono-da-cosan-diz-que-e-preciso-reconhecer-meritos-de-dilma>>; Roberto SETÚBAL (Itaú Unibanco), ‘Não há motivos para tirar Dilma do cargo, diz presidente do Itaú Unibanco’, in *Folha de São Paulo*, 23.08.2015, disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/08/1672332-nao-ha-motivos-para-tirar-dilma-do-cargo-diz-presidente-do-itaunibanco.shtml>>; Sérgio RIAL (Santander), ‘Governo ainda pode recuperar confiança, diz presidente do Santander’, in *Folha de São Paulo*, 10.04.2016, disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/04/1759345-governo-ainda-pode-recuperar-confianca-diz-presidente-do-santander.shtml>>.

[xxvi] Ver, por exemplo, Fernando Henrique CARDOSO, “FHC diz que impeachment de Dilma ‘não adianta nada’”, in *O Estado de São Paulo*, 09.03.2015, disponível em <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,fhc-diz-que-impeachment-de-dilma-nao-adianta-nada,1647485>>; O GLOBO, “Manipulação do Congresso ultrapassa limites” (editorial), in *O Globo*, 07.08.2015, disponível em <<https://oglobo.globo.com/opiniao/manipulacao-do-congresso-ultrapassa-limites-17109534>>; Delfim NETTO, “Delfim defende Dilma de impeachment, mas critica atuação da presidente”, in *Valor Econômico*, 26.10.2015, disponível em <<https://www.valor.com.br/politica/4286722/delfim-defende-dilma-de-impeachment-mas-critica-atuacao-da-presidente>>.

[xxvii] Ver nota de rodapé 1.

[xxviii] Ver Angela ALONSO, ‘2019 Não Será Mera Reedição de 1964’, in *Folha de São Paulo*, 30.12.2018, disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/angela-alonso/2018/12/2019-nao-sera-mera-reedicao-de-1964.shtml>>.

[xxix] O PSOL, nascido em junho de 2004 e formado basicamente por deputados, é uma dissidência parlamentar do PT, constituída quando o primeiro governo Lula enviou ao Congresso um conjunto de reformas neoliberais.

[xxx] Ver P. de A. SAMPAIO Jr., ‘Para Economista, PT Falhou ao Não Enfrentar Problemas Estruturais’, entrevista a Luis Sagimoto, 02.06.2017, *Jornal da Unicamp*, p. 5/9, disponível em <<https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/noticias/2017/06/02/para-economista-pt-falhou-ao-nao-enfrentar-problemas-estruturais>>.